

Câmara vota hoje a rolagem da dívida

A Câmara dos Deputados inicia hoje finalmente o processo de votação do projeto de rolagem da dívida de cerca de US\$ 70 bilhões dos estados e municípios. O projeto deveria ter sido votado ontem, mas, por um acerto de procedimento firmado entre os líderes, a sua apreciação foi transferida para hoje. Este acerto, porém, fracassou cinco horas depois com a rejeição, pelo plenário, do requerimento para urgência urgentíssima da tramitação dos projetos do Imposto Territorial Rural (ITR), do imposto sobre grandes fortunas, da regulamentação sobre a participação dos empregados nos lucros das empresas e do rito sumário para a reforma agrária.

O requerimento foi rejeitado por insuficiência de quorum. Votaram a favor 172 dos 325 deputados presentes, faltando 80 votos para completar a maioria absoluta de 252 parlamentares. Com o fracasso do acerto, o deputado Aloísio Mercadante (PT-SP) anunciou que pretende obstruir a qualquer custo a votação do projeto, marcada para hoje, às 10h00. "A aliança do Governo com o Caiado foi mais forte", denunciou Mercadante. Ele referia-se à mobilização da bancada ruralista, liderada pelo deputado Ronaldo Caiado (PDC-GO), que levou o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (RS), a pedir a verificação nominal da votação.

"Ele não foi comunicado do acerto", explicou o líder do Governo Humberto Souto (MG). Segundo Mercadante, havia uma combinação prévia para que não fosse pedida a verificação nominal. "O nosso acordo foi apenas para submeter o requerimento à votação", con-

tou o líder do PMDB Genebaldo Correia (BA). "Isso é conversa", rebate o deputado petista. Ao anunciar o acordo, no início da tarde, Genebaldo já previa uma rejeição do requerimento do ITR. "O Governo também não pode pensar que vai aprovar tudo que manda para cá", explicou.

"Trouxas"

Para que o projeto de rolagem da dívida dos estados seja aprovado, será necessária a partir de agora a maioria simples, ou seja, a maior parte dos deputados presentes no plenário. O fracassado acerto entre os líderes previa que não haveria obstrução na apreciação do projeto de rolagem. O PT, PSDB e PST ficariam encarregados apenas de fazer acertos sobre as emendas incorporadas ao projeto a partir de uma outra negociação, feita na segunda-feira.

A principal emenda, apresentada pelo deputado Luís Carlos Haully (PST-PR), muda a remuneração dos papéis a serem trocados pelos títulos públicos estaduais. Se aprovado o projeto, os estados que repassarem ao Governo sua dívida pública pagarão encargos correspondentes ao custo médio diário de financiamento dos papéis da União. Haully acha que a nova versão do projeto é bem melhor que a primeira mas, mesmo assim, considera a rolagem como um prêmio aos que gastaram sem controle. "Vai ficar carimbado na nossa testa que somos trouxas", disse o deputado, ex-secretário de Fazenda do Paraná, que colocou as finanças do estado em dia. Dos 26 estados, apenas Paraná, Santa Catarina, Ceará e Espírito Santo estão com suas contas em dia.